



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

Joaçaba, março de 2022.



RELATÓRIO SEMESTRAL DO CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Segundo Semestre de 2021

A Controladoria Geral do Município, de acordo com a competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º da Lei Complementar 425/2021

Art. 1º Fica criada de forma permanente a Controladoria-Geral do Município - CGM no âmbito municipal de Joaçaba, órgão central do Sistema Municipal de Controle Interno, conforme previsão no artigo 75-A, da Lei Orgânica Municipal e respaldo no caput do artigo 31 da Constituição Federal, ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito. Responsável pelo planejamento, coordenação, orientação, direção, fiscalização, normatização e promoção do controle interno da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Joaçaba.

Concomitante ao art. 30 que estabelece as atribuições de:

Art. 30 À Controladoria Geral do Município – CGM, órgão central do sistema de controle interno municipal, além daquelas atribuições correlatas as macro funções de Controladoria, Auditoria, Ouvidoria e Transparência, compete especificamente:

I - Proceder ao exame das operações de natureza contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, realizadas pelas unidades e órgãos da Administração Municipal;

II - Verificar a exatidão e regularidade das contas públicas;

[...]

V - Atuar na fiscalização do cumprimento das normas da Lei nº 101/2000, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

[...]

VII - adoção das providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal;

[...]



XI - realização de inspeções de procedimentos e processos em curso na administração pública municipal, para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências ou a correção de falhas;

Considerando as exigências e ditames previstos nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos artigos 76 e 80 da Lei Federal nº 4320/64.

Considerando as obrigações legais, a conformidade das ações desenvolvidas pelo IMPRES neste período, atendendo ao Manual do Pró-Gestão em busca da Certificação Institucional.

Considerando que a elaboração do relatório, foi composta de com as normas e procedimentos de auditoria, aplicáveis à administração pública, bem como os critérios contidos na legislação vigente e nas determinações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Emite parecer recomendando a **APROVAÇÃO**, das contas do primeiro semestre, do exercício de 2021.

1.0 – CARACTERIZAÇÃO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, instituído pela Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005, entidade autárquica com personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, tem como objetivo garantir a todos seus segurados e dependentes os benefícios previdenciários previstos na legislação. Suas receitas provêm da contribuição patronal do ente, Câmara e SIMAE, dos servidores ativos e aposentados, dos pensionistas, das rentabilidades dos seus recursos alocados no mercado financeiro e da compensação previdenciária.

O Instituto está organizado de acordo com as normas legais e gerais de contabilidade, visando a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.



2.0 – PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO - ASPECTOS GERAIS ANALISADOS

2.1 – ADMINISTRATIVO

No decorrer do semestre foram realizadas atividades administrativas e previdenciárias regularmente, observando os prazos legais. Além disso, todas as ações praticadas pela administração do IMPRES e analisadas no período estão em consonância com as normas constitucionais aplicadas aos RPPS, destaca-se as seguintes ações:

1. O Certificado de Regularidade Previdenciária – (CRP) atualmente encontra-se regular, com vencimento em 02/01/2022, passível de renovação a partir do vencimento.
2. Foi aprovada depois de amplo debate entre os servidores, vereadores e administração municipal a Lei Complementar 436 de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre a reorganização do regime próprio de previdência dos servidores públicos do município de Joaçaba, institui o Regime de Previdência Complementar, fixa o limite máximo das aposentadorias e pensões concedidas pelo regime próprio de previdência social (RPPS), e dá outras providências.
3. Foi apresentada a Política de Investimentos 2022 de forma online onde estiveram presentes representantes dos colegiados, sendo que a mesma precisou de adequações posteriores por conta da resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, as quais foram realizadas dentro do prazo previsto.
4. A Diretoria do Instituto trabalhou durante o segundo semestre nos documentos necessários para a Certificação do Pró-Gestão, elaborando minutas, encaminhando aos órgãos colegiados para apreciação, considerações e aprovação, o que culminou na certificação institucional com 96% das ações implementadas; sendo 100% no pilar de Controle Interno; 88% no Pilar de Governança Corporativa e 100% no Pilar de Educação Previdenciária.

Para custeio da organização e funcionamento do IMPRES, conforme disposto no Art. 1º da Lei Complementar 385/2019, o IMPRES tem a sua disposição um valor de R\$ 851.162,88 (oitocentos e cinquenta e um mil e cento e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos) a título de Taxa de Administração, que representa 2% sobre o valor total das



remunerações de contribuição dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, relativos ao exercício financeiro anterior.

2.2 – BENEFÍCIOS

No IMPRES, os servidores ativos, bem como os aposentados e pensionistas contribuem para a concessão dos benefícios, a tabela a seguir demonstra a quantidade de servidores ativos, aposentados e pensionistas do Instituto distribuídos entre: Prefeitura, Câmara de Vereadores e SIMAE.

PREFEITURA	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Servidores Ativos	657	656	655	655	655	655
Aposentados	188	186	186	186	186	187
Pensionistas	42	44	44	43	43	42
SIMAE						
Servidores Ativos	95	95	96	96	96	96
Aposentados	25	25	25	26	26	26
Pensionistas	9	9	9	9	9	9
CÂMARA						
Servidores Ativos	8	8	8	8	8	8
Aposentados	2	2	2	2	2	2
Pensionistas	1	1	1	1	1	1
TOTAL	1027	1026	1026	1026	1026	1026

2.2.1 - Benefícios Concedidos no Semestre

Diante da análise executada, verificou-se que foram concedidos no segundo semestre de 2021: 06 aposentadorias, todas por tempo de contribuição, 06 pensões por morte. Totalizando no geral 12 benefícios concedidos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

TIPOS DE BENEFÍCIOS	QUANTIDADES						
	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	TOTAL
Aposentadorias	0	0	1	2	1	2	6
Pensão por Morte	4	0	1	1	0	0	6
Total de Aposentados	0	0	1	2	1	2	6
Total de Pensionistas	4	0	1	1	1	0	6



Todos os benefícios concedidos foram enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para análise e homologação. No segundo semestre foram analisados e homologados pelo TCE 22 benefícios e 04 retornaram para diligências.

Verificou-se também que o cronograma anual de pagamento elaborado e disponibilizado no site do instituto, está sendo cumprido.

2.2.2– COMPREV

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência Social do Município, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões, visa atender a Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999 e o Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999, alterado pelo Decreto nº 3217, de 22 de outubro de 1.999 e a Portaria MPAS nº 6.209 de 16 de dezembro de 1.999.

Os valores que o Instituto tem a receber estão descritos no quadro abaixo, do relatório de ajuste de contas, do segundo semestre de 2021:

Relatório de Ajuste de Contas				
Ano	Mês	Valor Compensação	Valor a Receber	Valor Bloqueado
2021	7	45.501,05	45.501,05	0
2021	8	45.501,05	45.501,05	0
2021	9	45.501,05	45.501,05	0
2021	10	45.501,05	45.501,05	0
2021	11	45.501,05	45.501,05	0
2021	12	91.002,10	91.002,10	0

A seguir se apresenta a situação dos requerimentos encaminhados ao COMPREV no segundo semestre:

Competência	Solicitante	Destinatário	Aguardando análise	Aguardando análise médica	Compensado	Em compensação	Em Exigência	Indeferido
Julho	RGPS	Joaçaba	0	0	9	24	22	0
Julho	Joaçaba	RGPS	87	19	9	60	2	0
Agosto	RGPS	Joaçaba	0	0	9	24	22	0
Agosto	Joaçaba	RGPS	88	20	9	60	2	0
Setembro	RGPS	Joaçaba	0	0	9	24	22	0
Setembro	Joaçaba	RGPS	88	20	9	60	2	0
Outubro	RGPS	Joaçaba	0	0	9	24	22	0
Outubro	Joaçaba	RGPS	96	20	9	60	4	0
Novembro	RGPS	Joaçaba	0	0	9	24	22	0
Novembro	Joaçaba	RGPS	97	20	9	60	6	1



Dezembro	RGPS	Joaçaba	0	0	9	24	22	0
Dezembro	Joaçaba	RGPS	97	20	10	60	6	1

É importante salientar que os servidores do Instituto devem acessar periodicamente as ferramentas da secretaria de previdência com relação ao COMPREV para verificar a situação dos requerimentos.

Foi assinado no final do ano Termo de Adesão ao novo COMPREV, que trará ao instituto retorno mais assertivo das compensações previdenciárias de outros entes.

2.3 – FINANCEIRO

O orçamento do IMPRES para o exercício de 2021 foi aprovado através da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 5370/2020. Todas as receitas e despesas são realizadas de acordo com a referida lei e são analisadas, pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, enviadas mensalmente ao Poder Legislativo e bimestralmente ao TCE/SC via esfinge. O valor estimado da Receita e o fixado da Despesa para o exercício é de R\$ 24.697.470,00.

Como pode-se observar na tabela abaixo, foi constada a regularidade dos repasses das contribuições dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Executivo, Legislativo e do SIMAE, bem como das obrigações patronais e parcelamentos do aporte do passivo previdenciário, pactuado no ano de 2019 pela Lei nº 403/2019.

Receita Orçamentária	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Décimo
Contrib. Serv Ativo PMJ	354.206,21	353.529,27	355.031,73	353.087,79	353.503,05	353.355,71	349.962,31
Contrib. Serv Ativo SIMAE	56.340,61	56.396,14	57.337,62	57.042,80	54.803,87	54.826,46	54.539,07
Contrib. Serv Ativo CMJ	8.966,76	8.966,76	9.062,93	8.419,14	9.331,85	8.966,77	8.686,45
Receita de Investimentos	568.564,21	544.818,05	434.755,76	1.121.428,57	1.382.503,08	1.525.845,19	
Comp. Previdenciária	45.501,05	45.501,05	45.501,05	45.501,05	45.501,05	91.002,10	
Contrib. Aposentado/ Pensionista PMJ	112.076,79	112.624,47	112.886,48	115.033,47	121.287,04	117.114,72	112.620,14
Contr. Aposentado /Pensionista SIMAE	21.671,49	22.219,17	20.619,86	21.671,49	21.671,49	21.671,49	20.081,57
Contrib. Aposentado /Pensionista CMJ	4.892,10	4.892,10	4.892,10	4.892,10	4.892,10	4.892,10	4.892,10
Outras Receitas	2.353,65	2.353,65	2.353,65	2.353,65	2.353,65	6.320,52	
SUB TOTAL	1.172.219,22	1.148.947,01	1.040.087,53	1.727.076,41	1.993.493,53	2.183.995,06	550.781,64



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Receita Intraorçamentária	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Décimo
Contrib. Patronal PMJ	556.606,82	555.543,04	548.364,26	550.329,22	551.004,07	548.442,49	549.941,17
Contrib. Patronal SIMAE	87.740,01	86.622,67	86.824,75	89.638,86	86.120,53	86.156,01	85.704,27
Contrib. Patronal CMJ	14.090,59	14.090,59	14.241,71	13.230,03	14.664,30	14.090,60	13.650,11
Aporte PMJ	371.684,06	371.684,06	371.684,06	371.684,06	371.684,06	371.684,06	0
Aporte SIMAE	50.650,85	50.650,85	50.650,85	50.650,85	50.650,85	50.650,85	0
SUB TOTAL	1.089.875,68	1.087.694,56	1.080.868,98	1.084.636,37	1.083.227,16	1.080.127,36	649.295,55
TOTAL GERAL	2.262.094,90	2.236.641,57	2.120.956,51	2.811.712,78	3.076.720,69	3.264.122,42	1.200.077,19

2.3.1 – Demonstrativos à SPREV–

Em relação as obrigações legais e o envio dos Demonstrativos obrigatórios do período, verificou-se que:

1. Os Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos – (DAIR) referente ao período de junho a dezembro/2021 foram enviados à Secretaria de Previdência Social via sistema CADPREV.
2. O Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – (DRAA) foi enviado no prazo estabelecido para à Secretaria de Previdência Social via sistema CADPREV.
3. Os Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – (DIPR) foram enviados.
4. O Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN, foi elaborado de acordo com as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN N° 3.922 de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN N° 4.604, de 19 de outubro de 2017, pela Resolução CMN N° 4.695, de 27 de novembro de 2018 e pela Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e alterações decorrentes pelas Portarias MPS n° 170/2012, MPS n° 440/2013, MPS n° 65/2014 e MPS n° 300/2015, levando em consideração os princípios de risco, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e enviado à SPREV dentro do prazo.



2.3.2 – Investimentos

Verificou-se que a Carteira de Investimentos do IMPRES está enquadrada de acordo com Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017, pela Resolução CMN Nº 4.695, de 27 de novembro de 2018 e pela Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012, MPS nº 440/2013, MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015 bem como pela Política Anual de Investimentos – PAI 2021 publicadas no site do IMPRES: www.impres.com.br.

As movimentações financeiras estão devidamente descritas e justificadas nas APRs (Autorização de Aplicação e Resgates de Recursos) e publicadas no site do IMPRES: www.impres.com.br.

As rentabilidades e meta atuarial, do segundo semestre de 2021, estão descritas no quadro a seguir:

Rentabilidade da carteira, indicadores e meta atuarial (INPC + 5,47)							
Mês	Carteira	Meta	CDI	IMA-G	% meta	% CDI	% IMA-G
Julho	- 0,15	1,47	0,36	-0,10	-10	-43	148
Agosto	- 0,22	1,33	0,42	-0,41	-16	-51	53
Setembro	- 0,48	1,65	0,44	-0,01	-29	-109	7.989
Outubro	- 0,58	1,61	0,48	-1,31	-36	-121	44
Novembro	0,93	1,29	0,59	1,80	72	159	52
Dezembro	1,34	1,18	0,76	0,87	113	175	154
TOTAL/ano	2,45	16,19	4,40	0,96	15	56	256

A rentabilidade dos recursos investidos pelo Instituto sofre interferências de acordo com os cenários internacional e nacional, segue resumo do que ocorreu no mundo e no Brasil que interferiu para o não atingimento da meta no segundo semestre de 2021.

O mês de julho foi bastante turbulento, com preocupações em relação à variante delta do corona vírus afetando diversos países ao redor do mundo, além de temores com o ambiente regulatório na China. Aqui no Brasil, houve também a persistência do estresse



político devido às discussões sobre os efeitos do aumento nos precatórios e do novo Bolsa Família no orçamento de 2022.

O mês de agosto foi turbulento para os mercados local e mundial. No exterior, a principal preocupação foi com a variante delta do corona vírus, que está levando a um aumento no contágio, principalmente em países com baixa taxa de vacinação ou com maior resistência às vacinas, como China, Estados Unidos e alguns lugares da Europa. No Brasil, além das preocupações com a inflação, que continuou a se mostrar alta durante o mês, o receio sobre um estouro no teto de gastos do ano que vem aumentou significativamente a percepção do mercado de risco sobre o cenário fiscal. Aliado a isso, as tensões entre os três poderes contribuíram para a continuidade do estresse sobre o cenário político, deteriorando ainda mais as expectativas no mercado interno.

Setembro foi um mês difícil para os mercados brasileiros e globais, com reincidência de preocupações sobre o ambiente regulatório chinês, crise da segunda maior incorporadora do país asiático, além da crescente preocupação com uma crise energética a nível global e do estresse político no Brasil, que aumentaram a percepção de risco do mercado local.

Outubro foi mais um mês difícil para os mercados brasileiros, com forte deterioração das perspectivas fiscais domésticas e, apesar de um cenário externo mais calmo, ainda com receios sobre a crise energética e inflação. Nos Estados Unidos, o mês também começou de forma conturbada para o cenário fiscal, mas logo as fontes de preocupação foram resolvidas. Já na Europa, o aumento de casos de covid-19 em algumas regiões voltou a alimentar receios de novas ondas da doença.

O mês de novembro foi agitado para a economia mundial e brasileira, embora tenha sido um pouco mais tranquilo do que os meses imediatamente anteriores. A crise energética seguiu sendo destaque no cenário econômico chinês e estadunidense, embora com um viés mais positivo, enquanto a zona do euro contou com aumento de preocupações provenientes da alta disseminação do corona vírus no continente europeu. Aqui no Brasil, o principal destaque veio do cenário político e fiscal, com o trâmite da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios no Congresso permanecendo sob o foco ao longo do mês inteiro.

O último mês de 2021 registrou continuidade nas preocupações com a pandemia, após a descoberta da variante Ômicron no final de novembro, que levou a novos fechamentos em alguns países. No Brasil, dezembro trouxe a resolução de alguns assuntos que vinham



preocupando os mercados nos meses anteriores, com a aprovação no Congresso e sanção presidencial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios e a aprovação do Orçamento para 2022. Mesmo com a redução de incertezas proporcionada por esses dois eventos, fatores de risco para o cenário fiscal continuaram a afetar as expectativas.

Observando a rentabilidade das carteiras do instituto verifica-se que não atingiram o previsto na Política de Investimentos, onde ficou estabelecido como meta uma Taxa de juros retorno esperada de 5,47%, decorrente da atual Taxa Básica de juros da economia (SELIC) e como Índice de referência a meta de 3,48% decorrentes da variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) divulgado pelo IBGE.

Apesar do IMPRES não ter atingido a meta de rendimentos no ano de 2021 o percentual ficou acima da média dos demais Institutos. Em pesquisa realizada pelo site “investimentos RPPS” a rentabilidade média em 2021 dos RPPSs foi de 0,55%, sendo que se analisar a média ponderada dos Institutos, no mesmo período, a rentabilidade média cai para 0,15% ao ano. A título de exemplo no RPPS de Itajaí o rendimento anual ficou em - 0,86% e em Concórdia ficou em 0,58%.

2.3.3 – Contabilidade

Os registros e lançamentos contábeis foram realizados de acordo com as normas gerais de Contabilidade. Há registro dos repasses realizados contabilizados individualmente, assim como os rendimentos das aplicações financeiras e os gastos com a taxa de administração. Todas as receitas recebidas e todas as despesas realizadas também seguiram os registros de acordo com as regras e normas de contabilidade. Há contabilização de depreciação e do déficit atuarial.

A execução orçamentária é controlada por fonte de recursos conforme detalhamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no qual o Instituto utiliza três fontes de recursos, separando os recursos da taxa de administração, de contribuição ao RPPS e de aporte.

A emissão de relatórios de acompanhamento da execução orçamentária do período bem como os balancetes mensais do período ainda não foram elaborados na totalidade, após



estarem devidamente elaborados devem seguir para aprovação pelo Conselho Fiscal e apreciação do Conselho Administrativo.

As despesas com pagamento de benefícios executada no segundo semestre são apresentadas no quadro a seguir:

Pagamento de benefícios segundo semestre							
PREFEITURA	jul./21	ago./21	set./21	out./21	nov./21	dez./21	Décimo
Prov. Aposentados	959.313,35	954.237,27	952.311,80	960.526,90	954.869,85	965.103,69	958.203,06
Prov. Pensionistas	109.953,00	122.248,03	123.616,46	122.456,13	127.057,35	129.909,86	125.759,75
SIMAE							
Prov. Aposentados	159.019,63	159.019,63	159.019,63	163.561,47	171.406,48	171.406,48	166.348,52
Prov. Pensionistas	38.213,63	38.216,63	38.213,63	38.213,63	38.213,63	39.025,89	38.416,70
CAMARA							
Prov. Aposentados	26.250,30	26.250,30	26.250,30	26.250,30	26.250,30	26.250,30	26.250,31
Prov. Pensionistas	12.174,47	12.174,47	12.174,47	12.174,47	12.174,47	12.174,47	12.174,27
TOTAL	1.540.582,41	1.547.807,36	1.547.244,32	1.563.382,77	1.578.016,96	1.592.727,83	1.570.342,41

As despesas executadas com os valores da taxa de administração no segundo semestre seguem no quadro abaixo:

Despesas com a taxa de administração						
	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Contribuição ao PASEP	21.615,44	22.590,49	22.351,90	22.567,42	27.976,14	30.790,02
Manut. Ativ. Administrativas IMPRES	16.369,80	26.646,29	18.235,33	29.873,34	19.015,46	46.147,95
TOTAL GERAL	37.985,24	49.236,78	40.587,23	52.440,76	46.991,60	76.937,97
Percentual Gasto da Taxa de Administração	4,46%	5,78%	4,77%	6,16%	5,52%	9,03%
Percentual Acumulado do Gasto da Taxa de Administração						35,72%

2.3.4 – Compras e Licitações

No segundo semestre o IMPRES realizou as seguintes contratações e aquisições:

MODALIDADE	FORNECEDOR	OBJETO	VALOR R\$
Compra Direta	CDL	Aquisição de Certificado Digital	230,00



Pregão Presencial – Registro de Preços	Soulvita - Saúde Profissional Ltda	Empresa para realização das perícias para concessão e revisão.	105.000,00
Compra Direta	Leonir Maria Bilibio - ME	Aquisição de materiais de Processamento de Dados	729,50
Compra Direta	Água Viva	Aquisição de Material de Expediente	120,00
Compra Direta	ICQ – Brasil	Contratação de Empresa de Auditoria	4.950,00
Compra Direta	ANBIMA	Renovação de CPA 10 para membro de conselhos	342,00
Compra Direta	Tribunal de Justiça	Pagamento de Guia Judicial	6,60

2.3.5 – Contratos de Prestadores de Serviços

Constatou-se que no segundo semestre o Instituto se utilizou de contratos para executar serviços continuados conforme exposto na tabela a seguir, renovando quando da sua vigência:

CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS PASSÍVEIS DE PRORROGAÇÃO			
CONTRATO	FORNECEDOR	OBJETO	VIGÊNCIA ATUAL
05/2021	Joaçaba Telecomunicações Ltda.	Manutenção da rede de fibra	14/09/2022
07/2021	Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial LTDA.	Cálculo e Gestão Atuarial	10/11/2022
CONTRATOS TRANSITÓRIOS			
01/2021	(Web Prev) WF Borges Junior ME	Locação de Sistema relacionado a atividades previdenciárias	31/12/2022

2.4 - ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Observa-se que os colegiados cumprem suas atribuições e dão publicidade aos seus atos, mas com relação ao cronograma de reuniões publicado no site.

A deliberação dos assuntos abordados nas reuniões, encontra-se publicado no site, nas atas de cada colegiado.

2.4.1 - Conselho de Administração

Reuniões			
Mês	Datas	Atas	Pauta
Julho	14/07/2021	Ata nº 247 Reunião ordinária.	Indicação da servidora Daniela Aparecida Mattos como responsável pela ouvidoria do IMPRES; Aprovação do plano de capacitação para o biênio 2021/2022 e



			Apreciação dos demonstrativos financeiros dos meses de março e abril.
Agosto	18/08/2021	Ata nº 248 Reunião ordinária	Discussão sobre as alterações da minuta da lei da previdência, encaminhada ao Legislativo pelo Executivo; Análise da minuta da cartilha do IMPRES; Apreciação dos demonstrativos financeiros dos meses de maio e junho.
Setembro	01/09/2021	Ata nº 249 Reunião ordinária	Relato de reuniões ocorrida entre os diretores do IMPRES, com vereadores, sindicato e prefeito para esclarecimentos das mudanças realizadas na minuta de lei enviada; - Ofício do Conselho Fiscal solicitando a revogação da Resolução nº 02/2021; Apreciação do Programa Qualidade de Vida e Saúde do Servidor e Análise da Política de Segurança da Informação.
Outubro	20/10/2021	Ata nº 250 Reunião ordinária	Apreciação dos balancetes dos meses de fevereiro a junho de dois mil e vinte um.
Novembro	09/11/2021	Ata nº 251 Reunião ordinária	Apreciação, discussão e aprovação do Regimento Interno do Comitê de Investimento; Deliberação sobre pagamento de perícia não executada por não comparecimento da segurada na data e local previamente agendado; Iniciado a discussão sobre elaboração de projeto de lei estabelecendo remuneração para os próximos membros dos colegiados ;Convite para todos participarem da live de apresentação do Política de Investimentos.
Dezembro	20/12/2021	Ata nº 252 Reunião ordinária	Deliberação sobre ofício encaminhado pelo Conselho Fiscal informando que o mandato dos conselheiros encerrou em 30 de outubro; Conversação sobre o veto do prefeito na Lei previdenciária, a sanção da lei com as emendas pelo presidente da câmara e a interposição de ADIN pelo município de artigos da lei; Aprovação do Plano Institucionalizado de Gestão de Risco Atuarial; Aprovação da Política de Investimentos; Explicações pelo diretor financeiro de Resolução que regulamenta parte das questões necessárias para concessão de empréstimos consignados pelo Instituto, mas que necessita de novas normativas e a realização de estudos de viabilidade pelo IMPRES e Contrato para locação da sala da SPREV no Erma Center acontecerá ainda este ano.

Percebe-se que o Conselho de Administração possui cronograma com datas estabelecidas, mas não realiza as reuniões nas datas propostas.

2.4.2 - Conselho Fiscal

Reuniões			
Mês	Datas	Atas	Pauta
Julho	28/07/2021	Ata nº 113 Reunião ordinária	Informar sobre ofício recebido sobre audiência do IMPRES a ser realizada no dia 05 de agosto;



			<ul style="list-style-type: none">- Informar sobre ofício com resposta quanto às sugestões deste conselho para o projeto de reforma o IMPRES;- Informar sobre ofício com o termo da reforma apresentada ao prefeito;- Debate sobre a cartilha do instituto;- Análise dos documentos referentes às despesas do IMPRES referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, os quais foram devolvidos para apresentação de outros documentos.
Agosto	19/08/2021	Ata nº 114 Reunião ordinária	Recomendar a revogação da Resolução 02/2021, expedida pelo Conselho de Administração do IMPRES.
Setembro	30/09/2021	Ata nº 115 Reunião ordinária	Debate sobre a política a política de segurança da informação; - Repasse sobre data e local da audiência pública sobre a reforma do IMPRES; - Aprovação dos balancetes de fevereiro a junho, e o balancete de janeiro fica aprovado com ressalva, tendo em vista que parte do pagamento do PASEP de dezembro ter sido realizado com orçamento de janeiro de 2021.
Dezembro	01/12/2021	Ata nº 116 Reunião ordinária	Membros do conselho entendem não possuírem mais competência para exercer as atribuições à eles incumbidas, visto que findou o mandato dos eleitos em outubro, motivo pelo qual deixarão de analisar os documentos remetidos, bem como recomendam a realização de novas eleições o mais breve possível.

Constatou-se que o Conselho Fiscal realizou as reuniões tentando seguir o cronograma, além de realizar extraordinárias para formalizar considerações nos assuntos que precisavam de discussão e participação efetiva dos colegiados.

2.4.3 - Comitê de Investimento

Reuniões			
Mês	Datas	Atas	Pauta
Junho	28/06/2021	Ata nº 15 Reunião Ordinária	Carteira do IMPRES; Pró-Gestão e a organização do Comitê de Investimentos e Credenciamento dos fundos
Setembro	06/09/2021	Ata nº 16 Reunião Extraordinária	Aprovação do Regimento Interno Comitê de Investimentos.

O Comitê de Investimentos ainda não possui publicado um cronograma de reuniões, bem como não realizou na periodicidade legal as reuniões que deveriam acontecer bimestralmente, constatou-se que foi publicado no site somente uma reunião do segundo



semestre, apesar de saber que houve uma extraordinária para assunto específico no restante do ano não há registro divulgado de reuniões.

3.0 – TRANSPARÊNCIA

Verificou-se que o IMPRES tem mantido atualizado seu Site, nele estão expostas as atividades desenvolvidas pelo Instituto: Estrutura e funcionamento da autarquia, relatório de governança corporativa, plano de ação anual, código de ética do instituto, plano de capacitação; notícias; ouvidoria; transparência: concursos, licitações e contratos, CADPREV, acórdãos, certidões negativas, demonstrativos; posição dos investimentos: autorização de aplicações e resgates, cálculo atuarial, políticas de investimento, relatórios de investimentos mensais, entidades credenciadas; legislação: regras de aposentadorias, portarias, normas, regulamentos e demais exigências legais, respeitando sempre, os princípios da administração pública.

4.0 – AÇÕES REALIZADAS

4.1 – PARA CERTIFICAÇÃO DO PRÓ - GESTÃO

Verificou-se que o Instituto no segundo semestre de 2021 continuou desenvolvendo ações visando a melhoria da governança, a padronização dos procedimentos, a qualidade dos serviços prestados, a capacitação da equipe e órgãos colegiados em busca da profissionalização da gestão e a obtenção da Certificação Institucional.

Apurou-se que foi realizado a *reestruturado o site* do instituto visando disponibilizar de forma clara e objetiva todas as informações e dados referentes a Gestão, colegiados e demais atividades no IMPRES.

Em virtude da pandemia do Corona vírus, a *audiência pública* para prestação de contas aos segurados e a sociedade, ocorreu somente em 05/08/2021, às 17:30 hs, nas dependências da câmara de vereadores, de forma remota e com convite restrito para participação presencial. A audiência está disponibilizada no canal do IMPRES no YouTube para quem tiver interesse.



O *Regimento Interno do Comitê de Investimentos*, documento necessário para balizar as ações dos membros, foi elaborado, discutido e aprovado pelos membros do comitê e aprovado pelo Conselho de Administração, somente não foi publicado no ano de 2021.

Foi elaborado o *manual de procedimentos* onde consta os fluxos atuais de trabalho, bem como o mapeamento e a manualização dos Setores de Benefícios. O manual encontra-se publicado no site e impresso fisicamente para consulta, sempre que necessário.

A *Cartilha Previdenciária* foi finalizada somente no mês de dezembro quando da promulgação da legislação, está publicada no site com informações relevantes, sobre a estrutura e funcionamento do IMPRES, no momento será disponibilizada somente de forma digital, até que a decisão judicial da ADIN impetrada pela administração municipal seja proferida.

A *Política de Segurança da Informação* contendo os procedimentos, rotinas e controles para preservar os dados e os acessos aos arquivos e serviços do IMPRES, foi elaborada e deverá ser implementada pelos servidores e envolvidos.

Continuou proporcionando *formação previdenciária*, onde foi disponibilizado aos servidores capacitação sobre Benefícios e Compensação e aos membros colegiados capacitação sobre: Fundamentos Atuariais: Aspectos Práticos e Normativos Aplicáveis aos RPPS (4 hs).

A *política de Investimentos* foi elaborada pela SMI consultoria de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922, de 25 de novembro de 2010, e alterações posteriores; foi apresentada e aprovada pelos colegiados uma versão preliminar, mas após esse trâmite o Banco Central do Brasil, em 25/11/2021 baixou a Resolução CMN nº 4.963, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social, determinando que os entes deveriam adequar suas aplicações na Políticas de Investimentos para 2022, conforme as disposições da Resolução, desta forma o comitê de investimentos, a diretoria executiva e a assessoria decidiram realizar as adequações necessárias e reencaminhar para aprovação final pelos conselheiros já que numa verificação rápida poucos tópicos sofreram alteração. Feito as adequações foi aprovada e encontra-se publicada no site do instituto.

Ao ter implementado todas as ações necessárias para a certificação a empresa ICQ Brasil realizou auditoria, no final do ano e concedeu a *certificação ao Instituto* por ter atingido 96% das ações, ou seja, atendeu 22 ações previstas, sendo que no pilar Controle



Interno atingiu 100% dos requisitos, ou seja, atendeu as seis ações; no Pilar Governança Corporativa atingiu 87,5% dos requisitos, ou seja, atendeu 14 das 16 ações, ficando sem pontuar nos requisitos 3.2.5 Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor e 3.2.9 definição de limites de alçada; no Pilar Educação Previdenciária atingiu 100%, ou seja, atendeu as duas ações previstas.

4.2 – AÇÕES PREVISTAS NO PLANEJAMENTO ANUAL

Observando as metas elencadas no Planejamento de Ações para o ano de 2021, propostas para serem realizadas pela Diretoria Executiva, servidores do instituto, empresas de assessoria e órgãos colegiados, percebeu-se que das 29 ações indicadas, 58,8 % (17 ações) foram totalmente executadas; 27,5% (08 ações) foram executadas parcialmente e, 13,7 % (04 ações) não foram efetuadas. Cabe ressaltar que aquelas não executadas totalmente ou executadas parcialmente já estão elencadas e seguirão como meta à ser atingida em 2022.

4.3 – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS/LIVES

Participação de membros da diretoria no grupo de trabalho e estudo para implantação do Regime de Previdência Complementar – RPC no município, com encontros com o grupo de trabalho.

Participação de membros da diretoria, comitê e conselho deliberativo nos dias 15 a 17 de setembro do 3º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS e do 10º Congresso Estadual da ASSIMPASC.

Participação dos membros do comitê de investimento e da diretoria em *lives* sobre investimentos.

Realização de todos os procedimentos necessários para a elaboração da Política de Investimentos pela SMI consultoria de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922, de 25 de novembro de 2010, e alterações posteriores; bem como adequação das aplicações conforme Resolução CMN nº 4.963, de 25/11/2021 do Banco Central do Brasil, que dispôs sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social, determinando que os entes deveriam adequar suas aplicações na Políticas



de Investimentos para 2022, culminando com Live de apresentação da Política de Investimento aos envolvidos.

Participação de *lives* promovidas pela ABIPEM sobre Reforma da Previdência 20/08); Implantação da assinatura digital no sistema CADPREV (28/09); novo COMPREV, compensação entre os regimes próprios (13/08 e 27/10), as quais ficam disponibilizadas no site da ABIPEM para consulta.

5.0 – ATENDIMENTOS

Segundo informações, em média, foram realizados dez atendimentos ao público por dia, sendo distribuídos entre: presenciais, por telefone, por e-mail e por aplicativo de mensagens. Também foi relatado pelos servidores do Instituto que em média é realizada uma simulação de aposentadoria por semana.

Além disto, foram respondidos trinta e oito requerimentos protocolados pelos seguros no IMPRES no segundo semestre de 2021.

6.0 – PROCESSOS JUDICIAIS

No momento o IMPRES conta com dezoito processos ativos e tramitando no primeiro grau de jurisdição e com três processos ativos e tramitando no segundo grau de jurisdição. No segundo semestre foram encerrados e arquivados quatro processos.

7.0 – PARECER CONCLUSIVO

Com base nos levantamentos efetuados, foi constatado que ainda falta o cumprimento de prazo para entrega dos balancetes para análise dos conselhos e a não cumprimento do calendário de reuniões publicado no site. Porém sugere-se que a equipe busque ficar atenta ao cumprimento das ações necessárias; realize com a maior brevidade o fechamento e encaminhamento dos balancetes aos conselhos para os mesmos realizarem as análises necessárias e recomenda-se ainda que procurem seguir o cronograma de reuniões disposta no site, mesmo que haja reuniões extraordinárias. Ressalta-se ainda que as capacitações periódicas aos membros colegiados são fundamentais para atender de forma efetiva o



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

princípio da eficiência na gestão pública. Assim, pela regularidade dos procedimentos pertinente ao IMPRES nos meses analisados.

É o parecer.

Joaçaba, SC, março de 2022.

Augusto Zagonel
Secretário
Prefeitura de Joaçaba